



UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.
NIRE nº 43300044513-RS
CNPJ/MF nº 90.441.460/0001-48

Proposta da Administração e Orientações para Participação na
Assembleia Geral Ordinária
de 30/04/2025

Sumário

1. Convite	3
2. Edital de Convocação	4
3. Esclarecimentos e Orientações	6
4. Participação na Assembleia Geral Ordinária.....	7
4.1. Orientações para participação por meio do sistema eletrônico	7
4.2. Orientações para participação mediante o envio de Boletim de voto a distância	8
4.2.1. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia	9
4.2.2. Instalação do Conselho Fiscal	10
4.3. Orientações para participação por meio de procurador.....	10
5. Proposta da administração	11
5.1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Unicasa.....	11
6. Documentos Pertinentes às Matérias a serem deliberadas	15
7. ANEXO I – Resolução CVM 81, Art. 10º, Inciso III	16
8. ANEXO II – Destinação do Lucro Líquido (Atanexo A Resolução CVM 81/22)	36
9. ANEXO III – Proposta de Remuneração dos Administradores	41

1. CONVITE

Prezados Acionistas,

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”) tem o prazer de convidá-los a participar da Assembleia Geral Ordinária realizar-se às 10:00 horas do dia 30 de abril de 2025, de modo exclusivamente digital (“AGO”).

A opção pelo modo exclusivamente digital garante uma participação ampla e segura de todos os acionistas, independentemente de sua localização geográfica eis que a sede da Companhia é muito distante dos principais centros financeiros do País. Assim, pelos motivos acima mencionados (dentre outros) o acesso à sede social da Companhia se torna um obstáculo para os Acionistas comparecerem, sendo certo que esta modalidade (exclusivamente digital) permite que mais acionistas participem da Assembleia sem a necessidade de altos custos com deslocamento, garantindo o pleno acesso às deliberações da assembleia e oferecendo maior conveniência, segurança e eficiência.

Nos termos de Resolução CVM nº81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do depositário central, da instituição financeira responsável pela escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia, ou ainda, diretamente à Companhia, conforme orientações e detalhadas que constam desta Proposta da Administração e Manual de Participação.

A Administração da Companhia apresenta a proposta e orientações para participação na AGO com o objetivo de prestar esclarecimentos a V.Sas. sobre as deliberações a serem tomadas, listadas no Edital de Convocação a ser publicado no Jornal do Comércio, na edição do dia 09 de abril de 2025 e republicado nos dias 22 e 27 de abril de 2025, arquivado na sede social da Companhia, bem como divulgado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.unicasamoveis.com.br>). Esperamos que esta Proposta e Manual possam contribuir para uma efetiva participação de V.Sas.

Bento Gonçalves, RS, 31 de março de 2025.

Gelson Luís Rostirolla

Presidente do Conselho de Administração

2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S. A.

NIRE 43.300.044.513-RS

CNPJ/MF nº 90.441.460/0001-48

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia" ou "Unicasa") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 30 de abril de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma [Microsoft Teams] ("Sistema Eletrônico" ou "Plataforma Digital") ("AGO"), com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- a. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- c. Deliberar sobre a reversão de parte do saldo da conta Reserva de Expansão (Reserva de Lucros), para compor a distribuição dos Dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- d. Deliberar sobre a distribuição de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") imputados aos Dividendos Obrigatórios, e a sua respectiva data de pagamento; e
- e. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício social de 2025.

INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia informa que a AGO será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), podendo os acionistas participarem e votarem por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), de acordo com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22" ou "Resolução 81/22"), sendo que para o Boletim de voto produzir efeitos este deverá ser recebido (nas formas indicadas abaixo) pela Companhia até 26 de abril de 2025 (inclusive), ou seja 4 (quatro) dias antes da Assembleia. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, do depositário central, da instituição financeira responsável pela escrituração das ações ordinárias da Companhia ("Escriturador") ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes nesta proposta da administração e nas orientações para participação na AGO da Unicasa ("Proposta da

Administração” e “Manual de Participação”, respectivamente), até a data de 26 de abril de 2025. Se os Boletins de Voto forem recebidos após o dia 26 de abril de 2025, os votos não serão computados.

Conforme disposto no artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81/22, os acionistas que pretendam participar e votar na AGO por meio do sistema eletrônico e sem a utilização do boletim de voto a distância, deverão enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail dri@unicasamoveis.com.br, até às 17:00 horas do dia 28 de abril de 2025. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá, até às 17h do dia 29 de abril de 2025 impreterivelmente, seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Caso não receba um e-mail com a confirmação do cadastro ou do *upload* dos documentos obrigatórios em até 24 horas após o envio – exceto nos cadastros realizados aos finais de semana, quando a confirmação será verificada no dia útil seguinte –, o acionista deverá entrar em contato com a Companhia por meio de endereço de e-mail dri@unicasamoveis.com.br até às 23:59hrs do dia 29 de abril de 2025. Não poderão participar da AGO os acionistas que não se cadastrarem ou não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação na AGO até as 23:59hrs do dia 29 de abril de 2025.

Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGO, inclusive orientações para envio do(s) Boletim(ns) de Voto e ainda, orientações sobre acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e no Manual de Participação.

Em cumprimento à RCVM 81/22, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 4% (quatro por cento) do capital social votante da Companhia.

A proposta da administração e orientações para participação na AGO, nos termos previstos na Resolução CVM 81/22, os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Unicasa (<http://ri.unicasamoveis.com.br>), sendo certo que caso os acionistas tenham quaisquer dúvidas em relação aos procedimentos para participação na AGO virtual estes devem entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do e-mail dri@unicasamoveis.com.br ou do telefone 54 3455 4425.

Bento Gonçalves, RS, 31 de março de 2025

Gelson Luís Rostirolla

Presidente do Conselho de Administração

3. ESCLARECIMENTOS E ORIENTAÇÕES

Este documento contém informações detalhadas acerca das matérias a serem deliberadas para cada proposta da Administração, bem como os esclarecimentos necessários à participação dos acionistas na AGO da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia" ou "Unicasa"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, de modo **exclusivamente digital**.

Esta iniciativa busca conciliar as práticas adotadas pela Companhia de comunicação oportuna e transparente com seus acionistas e as exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22") e outras regulamentações aplicáveis. Assim, com base no artigo 124, §2º-A, e demais determinações da Lei das S.A., da Resolução CVM 81/22 e outras regulamentações aplicáveis, a Unicasa realizará a AGO de modo exclusivamente digital, em:

Data: 30 de abril de 2025

Horário: 10h00min

Instalação: Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., informamos que, para instalação, em primeira convocação, será necessária a presença de pelo menos $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social votante da Companhia, sendo certo que, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, a AGO se instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos os Senhores Acionistas a participar e expressar suas opiniões na AGO por meio de Sistema Eletrônico, conforme adiante detalhado, a Companhia também incentiva fortemente os Senhores Acionistas a se valerem de mecanismos alternativos de votação, em especial por meio da utilização do boletim de voto a distância, conforme o modelo de boletim de voto a distância disponibilizado no site da Companhia (<http://ri.unicasamoveis.com.br>). As informações sobre cada uma das matérias da AGO estão detalhadas no item 5.1 e nos anexos deste documento.

4. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A participação dos acionistas se dará por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, com as instruções para participação dispostos no Edital de Convocação (item 2 acima) e nos itens abaixo, ou por meio de envio do boletim de voto a distância, nos termos da Resolução 81/22.

4.1. Orientações para participação por meio do sistema eletrônico

Para fins de participação por meio de sistema eletrônico, a ser acessado no dia e horário da AGO (“Sistema Eletrônico”), os acionistas interessados em participar da AGO deverão manifestar seu interesse mediante envio de e-mail até às 17:00 horas do dia 28 de abril para o endereço eletrônico dri@unicasamoveis.com.br, com os documentos abaixo:

Para pessoas físicas:

- I. Documento de identidade (dentro do prazo de validade, se aplicável) com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração com firma reconhecida; e
- II. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações ordinárias de emissão da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Para pessoas jurídicas:

- I. Último estatuto social ou contrato social consolidado e registrado perante os órgãos governamentais competentes, acompanhado dos documentos societários aplicáveis devidamente registrado perante os órgãos governamentais competentes que comprovem a representação legal do acionista (i.e., ata de eleição dos diretores, se for o caso);
- II. Documento de identidade com foto do representante legal; e
- III. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações ordinárias de emissão da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Para fundos de investimentos:

- I. Último regulamento consolidado do fundo, devidamente registrado perante os órgãos governamentais competentes;
- II. Estatuto Social ou contrato social consolidado devidamente registrado perante os órgãos governamentais competentes do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (i.e., ata de eleição dos diretores, se for o caso);
- III. Documento de identidade (dentro do prazo de validade, se aplicável) com foto do representante legal; e
- IV. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações ordinárias de emissão da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Nota: A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa ou língua inglesa, desde que os documentos em língua inglesa venham acompanhados da respectiva tradução (não juramentada) para a língua portuguesa. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, sendo certo que tais documentos (i) deverão estar obrigatoriamente dentro dos respectivos prazos de validade, e (ii)

deverão constar foto, quais sejam: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Verificada a regularidade, pelo Departamento de RI da Companhia, dos documentos enviados pelos acionistas nos termos acima, serão encaminhadas até 2 (duas) horas antes do horário de início da AGO para cada acionista, as informações e orientações para acesso ao Sistema Eletrônico, incluindo a senha de acesso.

A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso ao Sistema Eletrônico, incluindo a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia.

Ainda, a Companhia solicita que, no dia da AGO, os acionistas habilitados acessem o Sistema Eletrônico com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos, com o objetivo de permitir a validação de acesso e participação de todos os acionistas que a utilizem. O acesso à AGO não será permitido depois do início dos trabalhos.

Ademais, a Companhia informa, ainda, que a AGO será integralmente gravada, nos termos do artigo 28, §1º, II, da RCVM 81/22.

Por fim, a Companhia esclarece que não é e não será responsável por quaisquer problemas operacionais ou de conexão do acionista, bem como por quaisquer outros problemas externos à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio do Sistema Eletrônico.

4.2. Orientações para participação mediante o envio de Boletim de voto a distância

A Companhia disponibilizará o sistema de votação a distância estabelecido pelo artigo 26 da Resolução CVM 81/22.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da AGO:

- I. Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia depositadas em depositário central;
- II. Por instruções de preenchimento transmitidas para o depositário central, no caso dos acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia depositadas em depositário central;
- III. Por instruções de preenchimento transmitidas para a instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, qual seja, o Banco Bradesco S.A. ("Escriturador"), no caso de acionistas titulares de ações de emissão da Companhia depositadas no escriturador; ou
- IV. Por boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia, no endereço: Rodovia Federal BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

O(s) Boletim(ns) de Voto, para que seja(m) considerado(s), deverá(ão) ser recebidos até 4 (quatro) dias antes da data da AGO, ou seja, até 26 de abril de 2025 às 23:59hrs (inclusive). Eventuais Boletins de Voto a distância recebidos após esta data (e horário) serão desconsiderados.

Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”), a instrução de voto contida no mapa de votação do Escriturador prevalecerá, prevalecerá, nos termos do artigo 48, §2º, da Resolução 81/22, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância, mas deseje votar na AGO por meio do Sistema Eletrônico, todas as instruções de voto recebidas por meio do boletim para aquele acionista serão desconsideradas, conforme artigo 28, § 2º, II, da Resolução CVM 81/22.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada, desde que respeitado o prazo de envio pelo acionista, conforme acima detalhado.

Uma vez encerrado o prazo de votação por meio de Boletim(ns) de Voto, nos prazos acima mencionados, o acionista **não** poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar por meio de Sistema Eletrônico da AGO, portando os documentos exigidos conforme o item 4.1. acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim de voto à distância sejam desconsideradas.

4.2.1. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

Observado o disposto no item 4.2 acima referente aos votos enviados por acionistas através de seus respectivos agentes custódia, depositário central e/ou Escriturador, conforme o caso, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente às opções de envio acima mencionadas, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rodovia Federal BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (a) Via física do Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (b) Cópia dos documentos descritos no item 4 acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos nos itens (a) e (b) acima para o endereço eletrônico dri@unicasamoveis.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e das cópias dos demais documentos requeridos para o endereço acima descrito.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (a) e (b) acima, a Companhia avisará ao acionista, conforme artigo 46 da RCMV 81/22 em até 3(três) dias do recebimento dos boletins de voto a distância, acerca de seu recebimento e se o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido ou da necessidade de retificação ou reenvio do boletim ou de outros documentos que o acompanham, nos termos da Resolução CVM 81/22.

Os documentos referidos nos itens (a) e (b) acima deverão ser recebidos em até 4 (quatro) dias antes da data da AGO, ou seja, até 26 de abril de 2025 às 23:59hrs (inclusive). Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados e não terão validade para fins de cômputo dos votos na AGO.

4.2.2. Instalação do Conselho Fiscal

Importante destacar que a instalação de Conselho Fiscal, que constará no boletim de voto referente à AGO, não compõe esta Proposta da Administração, tendo sido inserida no boletim de voto à distância por exigência regulatória exclusivamente.

Em cumprimento à RCVM 81/22, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 4% (quatro por cento) do capital social votante da Companhia.

4.3. Orientações para participação por meio de procurador

O acionista poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja (i) acionista, ou (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante a utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia ou enviado ao e-mail dri@unicasamoveis.com.br, juntamente com os demais documentos previstos no referido dispositivo legal, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia, ou seja, até 25 de abril de 2025 às 23:59hrs.

Os acionistas que sejam pessoas jurídicas, em consonância com a decisão Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), poderão ser representados nas Assembleias por meio de seu representante legal ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, não havendo necessidade que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários.

5. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Unicasa submete à AGO, a ser realizada em 30 de abril de 2025, de forma exclusivamente digital, as propostas a seguir descritas.

5.1. Matérias a serem deliberadas na AGO da Unicasa

A presente AGO foi convocada para deliberar sobre:

- a) Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- c) Deliberar sobre a reversão de parte do saldo da conta Reserva de Expansão (Reserva de Lucros), para compor a distribuição dos Dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.
- d) Deliberar sobre a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) imputados aos Dividendos Obrigatórios, e a sua respectiva data de pagamento; e
- e) Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício social de 2025.

A seguir, encontram-se os esclarecimentos da Administração da Unicasa acerca de cada um dos itens da proposta que devem ser deliberados na AGO:

Primeiro item: Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas pela Administração da Unicasa, acompanhadas do parecer do Comitê de Auditoria e dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, e publicados no dia 27 de março de 2025 no jornal “Jornal do Comércio”, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 26 de março de 2025.

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas avaliarem a situação patrimonial e o nível de lucratividade da Unicasa.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei das S.A.). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024. Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações

Contábeis são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas Demonstrações.

Relatório da Administração

Acompanha as Demonstrações Contábeis o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos funcionários da Companhia, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente.

Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Unicasa, ponderando suas responsabilidades e limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, as decisões e responsabilidades dos demais órgãos da Administração, considerando as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda e pela KPMG Assessores Ltda no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interno, recebidos no decorrer do exercício, considera que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unicasa Indústria de Móveis S.A. em 31 de dezembro de 2024 e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Parecer dos Auditores Independentes

A PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda examinou as Demonstrações Contábeis e emitiu parecer concluindo que elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e das suas controladas em 31 de dezembro de 2024.

Documentos Apresentados pela Administração da Companhia

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores (<http://ri.unicasamoveis.com.br>) e nos sites da B3 (<http://www.b3.com.br>) e da CVM V(<http://www.cvm.gov.br>), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- I. Relatório da Administração;
- II. Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social de 2024;
- III. Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia requeridos pelo item 02 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM 81/22, que também constam do **Anexo I** desta Proposta;
- IV. Parecer dos Auditores Independentes;
- V. Formulário DFP (Demonstrações Contábeis Padronizadas);
- VI. Relatório do Comitê de Auditoria.

Segundo item: Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em reunião realizada em 26 de março de 2025, “*ad referendum*” da AGO e Extraordinária, aprovar a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no

montante de R\$ 12.448.841,54 (doze milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), da seguinte forma:

- (i) R\$ 622.442,00 (seiscentos e vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais) serão destinados à reserva legal, nos termos do artigo 34º, alínea “a” do Estatuto Social da Companhia;
- (ii) R\$ 2.956.600,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil e seiscentos reais) serão distribuídos como dividendo obrigatório, nos termos do artigo 34, alínea “c” do Estatuto Social da Companhia;
- (iii) R\$8.869.799,54 (oito milhões oitocentos e sessenta e nove mil setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos) serão distribuídos como dividendos, nos termos do Art. 34, alínea “g” do Estatuto Social da Companhia e do Art. 202, §6º, da Lei das S.A., conforme alterada (“Lei das S.A.”); e

Terceiro item: Deliberar sobre a reversão de parte do saldo da conta Reserva de Expansão (Reserva de Lucros), para compor a distribuição dos Dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Reversão do saldo da conta Reserva de Expansão (Reversão da Reserva de Lucros) no valor de R\$ 174.884,16 (cento e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos) que foi constituída em exercícios sociais anteriores, com base em Orçamento de Capital elaborado e aprovado pela Diretoria Executiva (Art. 196 da Lei das S.A.) para compor o montante a ser distribuído como dividendos via Juros Sobre Capital Próprio (JCP) nos termos Art. 201, da Lei das S.A.

Quarto item: Deliberar sobre a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) imputados aos Dividendos Obrigatórios, e a sua respectiva data de pagamento.

O total proposto para distribuição de dividendos (item 2.ii + item 2.iii + item 3) é de R\$ 12.001.283,70 (doze milhões, um mil e duzentos e oitenta e três reais e setenta centavos), totalizando R\$0,1816000000 por ação, que serão pagos da seguinte forma:

- a. Sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) imputados aos dividendos obrigatórios, o montante de R\$ 12.001.283,70 (doze milhões, um mil e duzentos e oitenta e três reais e setenta centavos), correspondentes a R\$0,1816000000 por ação, já declarados, conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de dezembro de 2024. Haverá retenção de Imposto de Renda na fonte conforme a legislação vigente. Farão jus ao recebimento do JCP os acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia em 05 de dezembro 2024, sendo a data da negociação “ex-JCP” a partir de 06 de dezembro 2024, inclusive; e
- b. O pagamento ocorrerá no dia 29 de maio de 2025, sem remuneração ou atualização monetária.

O **Anexo II** desta Proposta apresenta todas as informações referentes à destinação do lucro líquido do exercício exigidas pelo Anexo A da Resolução CVM 81/22.

Quinto item: Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2025.

Para o período de janeiro a dezembro de 2025, propõe-se que a Assembleia Geral aprove a fixação do montante global anual em até R\$3.796.400,00 (três milhões, setecentos e noventa e seis mil e quatrocentos reais) para remuneração dos administradores, sendo até R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para o Conselho de Administração e até R\$3.556.400,00 (três milhões quinhentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos reais) para a Diretoria. O Conselho de Administração deverá distribuir tal verba entre os membros dos referidos órgãos, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

A proposta de Remuneração dos Administradores, na forma especificada do Item 8 do Formulário de Referência, consta do **Anexo III** desta Proposta.

6. DOCUMENTOS PERTINENTES ÀS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (<http://ri.unicasamoveis.com.br>), bem como nos sites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), os seguintes documentos:

- Boletim de voto a distância para a AGO requerido no Anexo M da Resolução CVM 81/22;
- Edital de Convocação;
- Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (Relatório de Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Independentes);
- Formulário DFP (Demonstrações Contábeis Padronizadas);
- Ata da reunião do Conselho de Administração de 26 de março de 2025 com a Proposta de Destinação de Lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;
- Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Unicasa – item 2 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM 80/22 - **Anexo I**;
- Informações relativas à proposta de destinação dos resultados requeridas no Anexo A da Resolução CVM 81/22 - **Anexo II**;
- Informações sobre a remuneração dos administradores – item 8 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM 80/22 – **Anexo III**.

7. ANEXO I – RESOLUÇÃO CVM 81/22, ART. 10º, INCISO III

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 02 do formulário de referência.

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Companhia alcançou uma receita líquida de vendas de R\$226,55 milhões, um EBITDA de R\$17,80 milhões e um lucro líquido de R\$12,44 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia alcançou uma receita líquida de vendas de R\$217,39 milhões, um EBITDA de R\$17,21 milhões e um lucro líquido de R\$15,16 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com uma rede de distribuição de vendas com:

- (i) 142 revendas Exclusivas;
- (ii) 76 lojas Multimarcas e Pontos de Venda em Magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”);
- (iii) sendo 16 revendas exclusivas e 6 revendas multimarcas no exterior.

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o plano de negócio e cumprir as obrigações de curto e médio prazo. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento das atividades e cobrir a necessidade de recursos de curto e médio prazo. Adicionalmente, os Diretores consideram que o parque fabril apresenta condições suficientes para atender à atual demanda, comportando inclusive a expansão da capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo circulante foi de R\$106,98 milhões (R\$120,68 milhões em 31 de dezembro de 2023) e superava em R\$32,85 milhões o passivo circulante de R\$74,12 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,44 (1,45 em 31 de dezembro de 2023), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a Companhia possui R\$1,44 de ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de empréstimos no curto prazo é de R\$665 mil e de R\$71,75 milhões no longo prazo, totalizando R\$72,40 milhões (R\$53,97 milhões em 2023). A dívida líquida em 31 de dezembro de 2024 é de R\$37,22 milhões (caixa líquido de R\$15,79 milhões em 31 de dezembro de 2023). A seguir elencamos alguns índices de liquidez, nos dois últimos exercícios sociais:

Índices de liquidez	2024	2023
Liquidez geral	0,77	0,98
Liquidez corrente	1,44	1,45
Liquidez seca	1,09	1,12

A seguir elencamos alguns índices de rentabilidade, nos dois últimos exercícios sociais:

Índices de rentabilidade	2024	2023
Retorno s/ patrimônio líquido	6,5%	8,0%
Margem líquida	5,5%	7,0%
Margem Bruta	38,1%	35,4%
Margem EBIT	1,6%	3,8%

A seguir elencamos dados do Patrimônio Líquido, Endividamento e Posição de caixa:

PL, Endividamento e Caixa Líquido	2024	2023
Patrimônio líquido	192.382	189.995
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	72.408	53.977
Caixa e equivalentes de caixa	10.341	26.100
Aplicações Financeiras	24.847	43.673

(b) estrutura de capital

Os Diretores entendem que a estrutura de capital da Companhia é adequada para a execução de sua estratégia de negócios. A estrutura de capital é composta por recursos próprios e de terceiros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Estrutura de Capital	2024	AV	2023	AV
Passivo (Circulante e Não Circulante)	174.593	47,6%	159.590	45,7%
Patrimônio Líquido	192.382	52,4%	189.995	54,3%
Total (Passivo + PL)	366.975	100,0%	349.585	100,0%

A administração monitora sua estrutura de capital, adotando uma abordagem prudente que considera fatores como taxa de juros, variação cambial, condições de mercado e fluxo de caixa operacional. O objetivo é equilibrar endividamento e capital próprio, garantindo liquidez, crescimento sustentável e retorno aos acionistas.

Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as obrigações referentes aos compromissos financeiros, bem como mantido a regularidade dos pagamentos desses compromissos.

Balanço patrimonial	2024	2023
Ativo circulante	106.980	120.689
Ativo não circulante	259.995	228.896
Passivo circulante	74.122	83.281
Passivo não circulante	100.471	76.309
Patrimônio líquido	192.382	189.995

Analizando a dívida e disponibilidade líquida ao longo dos períodos, os Diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir com os investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Se houver qualquer mudança no perfil da dívida, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e capital de giro, acredita-se ter capacidade para contratá-los junto a instituições financeiras de primeira linha.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

A Companhia detém capacidade de financiar as operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, pode recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento da administração para gerarem valor aos acionistas.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem deficiências de liquidez, não teve no passado e não há indícios de que esta situação possa ocorrer. O capital de giro e os investimentos são financiados com recursos próprios.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 11 de janeiro de 2021, a Companhia firmou empréstimo com o Banco Santander no valor de R\$ 17.000 com taxa de juros de CDI+2,75% ao ano, pelo prazo de 48 meses, com amortização mensal do principal (carência de 6 meses) e dos juros, sendo a última amortização em 23 de dezembro de 2024, garantido por avalista mencionado nos termos do contrato firmado.

Em 12 de setembro de 2023, a Companhia obteve aprovação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para a consecução dos investimentos anunciados no quarto trimestre de 2021, no valor de R\$ 66.056 com taxa de juros de TR + 3,3% ao ano, pelo prazo de 97 meses, com amortização mensal do principal (carência de 24 meses) e dos juros. A liberação do valor financiado ocorrerá em 03 parcelas anuais, sendo 74,52% no primeiro ano, 18,48% no segundo e 7,00% no terceiro ano. Em 30 de outubro de 2023, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela, no valor de R\$ 49.228, a liberação da segunda parcela ocorreu em 13 de janeiro de 2025, no valor de R\$ 12.204.

O objetivo da tomada destes recursos é modernizar o parque fabril para acompanhar a tendência da mudança no consumo dos produtos da Companhia e o saldo total dos empréstimos em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 72.408.

Em 30 de agosto de 2024, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais em série única, com garantia real e com prazo de vencimento em 20 de agosto de 2044 (“Emissão” e “Notas Comerciais Escriturais”, respectivamente) da Companhia. A Emissão

foi composta por uma Nota Comercial Escritural, com valor nominal e total de R\$23.536 com taxa de juros de IPCA + 12,01% ao ano, pelo prazo de 240 meses, com amortização mensal do principal e dos juros. A Nota Comercial Escritural foi objeto de colocação privada, realizada nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sem qualquer esforço público de venda e/ou distribuição perante investidores e o mercado em geral por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

Os recursos captados com a Emissão serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia, incluindo pagamentos correntes de obrigações financeiras e demais obrigações de capital de giro da Companhia.

Os empréstimos e A Nota Comercial Escritural estão classificados como passivos financeiros e foram reconhecidos “pelo valor justo” no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e após são apresentados pelos custos amortizados, isto é, acrescido de juros proporcionais ao período incorrido (“*pro-rata temporis*”).

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo de empréstimos e financiamentos a pagar no valor de R\$72,40 milhões. A captação ocorreu para a aquisição de máquinas e capital de giro.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo convênio de Cessão de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores Exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam dívida à Companhia, pois o financiamento é realizado diretamente entre os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Pela promoção da contração de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os revendedores Exclusivos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Existem limitações apenas quanto aos valores dessas operações, cuja autorização é de competência do Conselho de Administração, conforme descrito no Artigo 22 do Estatuto Social.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Esta seção trata da análise das demonstrações de resultado e fluxos de referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, além das variações percentuais para os respectivos períodos. As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e em IFRS, e auditadas pelos auditores independentes da Companhia.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas regulamentares da CVM e pelos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2024	AV ⁽¹⁾ (%)	2023	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2024/2023
Receita Bruta de Vendas ex-IP	268.809	118,6%	261.976	120,5%	6.833	2,6%
Mercado interno	215.266	95,0%	219.598	101,0%	(4.332)	-2,0%
Mercado externo	53.543	23,6%	42.378	19,5%	11.165	26,3%
Deduções de vendas	(42.250)	-18,6%	(44.579)	-20,5%	2.329	-5,2%
Receita líquida de vendas	226.559	100,0%	217.397	100,0%	9.162	4,2%
Custo dos produtos vendidos	(140.178)	-61,9%	(140.332)	-64,6%	154	-0,1%
Lucro bruto	86.381	38,1%	77.065	35,4%	9.316	12,1%
Despesas com vendas	(65.978)	-29,1%	(53.803)	-24,7%	(12.175)	22,6%
Despesas gerais e administrativas	(18.305)	-8,1%	(18.763)	-8,6%	458	-2,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.475	0,7%	3.753	1,7%	(2.278)	-60,7%
Lucro Operacional	3.573	1,6%	8.252	3,8%	(4.679)	-56,7%
Despesas financeiras	(8.571)	-3,8%	(6.339)	-2,9%	(2.232)	35,2%
Receitas financeiras	15.584	6,9%	11.524	5,3%	4.060	35,2%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.586	4,7%	13.437	6,2%	(2.851)	-21,2%
Imposto de renda e contribuição social	1.863	0,8%	1.730	0,8%	133	7,7%
Correntes	(433)	-0,2%	868	0,4%	(1.301)	-149,9%
Diferidos	2.296	1,0%	862	0,4%	1.434	166,4%
Lucro líquido do exercício	12.449	5,5%	15.167	7,0%	(2.718)	-17,9%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Receita Bruta de Vendas

A receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$261,97 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento de 2,6% ou R\$6,83 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2022. A receita bruta do mercado interno representou 80,08% e do mercado externo 19,92% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e 83,82% e 16,18%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Mercado Interno

No mercado interno, a receita oriunda das revendas exclusivas no critério Mesmas Lojas cresceu 8,3%, incrementando a receita em R\$12,5 milhões. As lojas abertas ou em maturação, acrescentaram R\$6,7 milhões à receita e as lojas fechadas subtraíram R\$18,6 milhões da receita. Nossa rede de distribuição no Brasil teve a abertura de 9 lojas.

O principal impacto na receita da Companhia tem sido a lacuna de faturamento entre uma loja nova começar a contribuir para a receita versus a redução de faturamento de uma loja fechada. Mesmo se tivéssemos conseguido equilibrar o número de aberturas e fechamento a lacuna de faturamento existiria em virtude do tempo necessário para a construção da carteira e a geração de receita na indústria versus a velocidade da redução de faturamento de uma loja fechada. Temos aumentado o investimento em nossa capacidade de abertura de lojas, revisando os processos e os requisitos da esteira de abertura e incrementando a equipe de prospecção.

Mercado Externo

A receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$ 53,54 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou um crescimento de 26,3%, comparados aos R\$43,37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Nos Estados Unidos, a receita oriunda das nossas lojas próprias, em dólar, cresceu 42%, a operação que é composta por três lojas: Nova Iorque, Miami e Orlando está maturando de acordo com nossa expectativa.

Nossa rede de distribuição no exterior aumentou em 2 lojas Dell Anno, Denver e Atlanta. Também realizamos um saneamento de cadastro, as lojas exclusivas que não cumpriam os critérios para serem assim consideradas foram alteradas para multimarcas, e as multimarcas que não faturavam há mais de seis meses tiveram o cadastro encerrado.

Custos dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$140,17 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma redução de 0,1% ou R\$154 mil, comparado aos R\$140,33 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. O custo dos produtos vendidos em 2024 representou 61,9% da receita líquida de vendas e 64,6% no ano de 2023.

Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$86,38 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de 12,1% ou R\$9,31 milhões, comparados aos R\$77,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A margem bruta da Companhia atingiu 38,1% (+2,7 p.p.), sendo o reconhecimento de receita ao consumidor final nos Estados Unidos o principal vetor desse aumento. A operação Brasileira também apresentou aumento na margem oriundo, principalmente, do melhor mix entre as marcas.

Despesas e Receitas Operacionais

As despesas operacionais atingiram R\$68,81 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento de 18,86% ou R\$10,92 milhões, comparados aos R\$57,89 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, correspondendo nos respectivos períodos, a 31,6% e 23,5% da receita líquida de vendas.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$84,28 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de 16,1% em relação aos R\$72,56 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, correspondendo nos respectivos períodos a 37,2% e 33,3% da receita líquida de vendas. Essa queda decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:



- I. As despesas oriundas das nossas lojas próprias nos Estados Unidos cresceram devido ao aumento das despesas variáveis que acompanham o crescimento do reconhecimento de receita e à abertura da loja de Nova Iorque em outubro de 2023.
- II. As despesas com contingência aumentaram devido ao atendimento de consumidores de lojas fechadas durante o ano.
- III. As doações para os atingidos pela enchente que assolou o Rio Grande do Sul em maio totalizaram um impacto de R\$ 0,8 milhão.
- IV. As despesas com publicidade reduziram devido à postergação de ações de marketing por conta da enchente que ocorreu no Rio Grande do Sul entre abril e maio.
- V. Comparado com o ano passado, fomos mais eficientes nas despesas variáveis.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

As outras receitas e despesas operacionais, líquidas, atingiram R\$1,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma redução de 60,7%, comparado aos R\$3,75 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando respectivamente 2,3% e 6,4% da receita líquida de vendas de vendas.

Lucro (Prejuízo) operacional

O resultado operacional foi de lucro de R\$3,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma redução de 56,7% ou R\$4,67 milhões, comparando com R\$8,25 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, correspondendo, nos respectivos períodos, a 1,6% e 3,8% da receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras atingiram R\$8,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de 35,2% ou R\$2,23 milhões comparados aos R\$6,33 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. As despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 corresponderam, respectivamente a 3,8% e 2,9% da receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras atingiram R\$15,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de 35,2% ou R\$4,06 milhões, comparados aos R\$11,52 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A receita com variação cambial foi o principal vetor de crescimento.

As receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, corresponderam, respectivamente, a 6,9% e 5,3% da receita líquida de vendas.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social foi de R\$10,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma redução de 21,2% ou R\$2,8 milhão, comparados ao lucro antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$13,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, correspondendo, nos respectivos períodos a 4,7% e 6,2% da receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A taxa efetiva do exercício de 2023 foi de -12,88%, enquanto no exercício de 2022 foi de 5,6%. A variação da taxa efetiva pode ser observada na Nota Explicativa 14 das Demonstrações Financeiras. Este resultado decorre principalmente dos benefícios fiscais do Juro sobre Capital Próprio; recuperação do IR sobre o crédito presumido de ICMS dos últimos 5 (cinco) anos; além dos demais benefícios identificados na referida nota explicativa.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$12,44 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma redução de 17,9% ou R\$2,71 milhões, comparado com o lucro líquido de R\$15,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 correspondendo, nos respectivos períodos a 5,5% e 7,0% da receita líquida de vendas.

Análise de fluxos de caixa referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

A tabela abaixo demonstra os componentes do fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

Endividamento	31/12/2024	31/12/2023
Dívida de Curto Prazo	1.577	4.749
Dívida de Longo Prazo	70.831	49.228
Dívida Bruta	72.408	53.977
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.341	26.100
Aplicações Financeiras	24.847	43.673
Disponibilidades	35.188	69.773
Dívida Líquida / (Caixa excedente)	37.220	(15.796)
EBITDA UDM	17.808	17.213
Dívida Líquida/EBITDA	2,09 x	-

Fluxo de caixa	2023	2024	Δ
Fluxo de caixa das atividades operacionais	20.591	29.705	+44,3%
Variação nos ativos e passivos	21.200	(16.248)	-176,6%
Aplicações financeiras	(35.517)	18.826	-153,0%
Fluxo de caixa nas atividades de investimento	(35.201)	(47.852)	+35,9%
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	30.886	1.577	-94,9%
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	613	(1.767)	-388,3%
Aumento (redução) de caixa	2.572	(15.759)	-712,7%
Aplicações financeiras	35.517	(18.826)	-153,0%
Aumento (redução) de caixa e aplicações financeiras	38.089	(34.585)	-190,8%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiu o valor de R\$10,42 milhões e R\$41,79 milhões, respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o fluxo de caixa consumido das atividades de investimento foi de R\$29,02 milhões.

Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento

Em 2024, a Companhia captou R\$23,53 milhões em empréstimos para aquisição de imobilizado, em 2024 pagou: juros no montante de R\$7,85 milhões e juros sobre o capital próprio, R\$11,67 milhões.

2.2. Os diretores devem comentar:

(a) resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Receita Bruta de Vendas

É composta pela receita bruta de vendas realizadas no mercado interno e mercado externo, de móveis planejados por meio de revendas Exclusivas, lojas Multimarcas e Lojas Próprias, através das marcas Dell Anno, New, Casa Brasileira e do segmento de venda Unicasa Corporate. A receita de venda de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quanto aos riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Mercado Externo

As vendas no mercado externo correspondem às vendas dos produtos no exterior, nos seguintes 9 países: Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos da América, México, Paraguai, Porto Rico, Portugal, Uruguai e Venezuela.

Deduções

Impostos sobre vendas

Sobre a receita bruta de vendas no mercado interno incidem tributos não cumulativos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65% e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, também incidem o ICMS, com alíquota de 7% a 23% dependendo do estado de destino, bem como o IPI à alíquota de 3,25%. Sobre a receita de vendas para o mercado externo não há incidência de PIS, COFINS, IPI, ICMS.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções ocorrem quando os clientes decidem substituir total ou parcialmente produtos eventualmente avariados ou em desacordo com o pedido. Os abatimentos, originados pelas devoluções, são concedidos na forma de créditos a serem deduzidos no título de crédito correspondente ou descontados em pedidos futuros. Historicamente as devoluções e abatimentos não são relevantes, correspondendo a 0,07% e 0,15% da receita líquida de vendas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 respectivamente.

Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apenas as transações de contas a receber de clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu

valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros de mercado (Selic), aplicado sobre o prazo de vencimento de cada parcela da venda, que reflete o risco de cada transação dos respectivos ativos.

Despesas e Receitas operacionais

Despesas com vendas

As maiores despesas com vendas estão relacionadas a:

- (i) propaganda e marketing, feiras e exposições;
- (ii) gastos com pessoal;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: viagens e estadias, despesas com clientes e amortização e aluguel de pontos comerciais;
- (iv) serviços de terceiros tais como: fretes sobre as vendas de produtos, assessorias e serviços de montagem de móveis;
- (v) comissões sobre vendas para os representantes comerciais autônomos e para os vendedores das lojas próprias; e,
- (vi) despesas com depreciação e amortização.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas a:

- (i) gastos com pessoal;
- (ii) serviços de terceiros tais como: serviços jurídicos, auditores externos e consultorias diversas, despesas de informática e manutenção dos sistemas de gestão e controle;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: indenização a consumidores e lojistas e provisões;
- (iv) depreciações.

Outras receitas operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas decorrem principalmente de:

- (i) prêmio bancário sobre as receitas financeiras auferidas pelo banco que financia os consumidores finais, conforme convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos;
- (ii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia; e,
- (iii) resultado da venda de ativos mantidos para venda.

Despesas financeiras

As despesas financeiras incluem principalmente gastos com IOF e tarifas bancárias, juros sobre financiamentos, descontos concedidos, variações cambiais e ajuste a valor presente calculado sobre parcelamentos a receber de clientes e empréstimos concedidos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras incluem principalmente juros moratórios recebidos de clientes provenientes de pagamento de duplicatas com atraso, atualização monetária dos créditos recuperados via processos judiciais, variações cambiais e rendimento sobre aplicações financeiras, além do ajuste a valor presente calculado sobre os ativos de curto e longo prazo.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável que exceder R\$0,24 milhão para Imposto de Renda e 9,0% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para anular a diferença temporária entre base fiscal e societária.

(ii) Fatores que alteram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da companhia vem sendo afetado, principalmente, pela variação da receita bruta, despesas com vendas, gerais e administrativas e eventos não recorrentes.

Abaixo segue quadro comparativo da receita bruta de vendas nos últimos três exercícios:

Receita Bruta de Vendas Ex-IPI	2022	2023	2024
Receita Bruta de Vendas Ex-IPI	298.655	261.976	268.809
Mercado Interno	257.859	219.598	215.266
Exclusivas	200.021	182.485	183.140
Multimarca	32.594	23.380	21.786
Unicasa Corporate	21.886	12.004	9.262
Outras Receitas	3.358	1.729	1.078
Mercado Externo	40.796	42.378	53.543

As variações nas despesas com vendas, gerais e administrativas estão descritas no item 2.1 (h) do **Anexo I**.

Abaixo apresentamos o sumário executivo e o sumário executivo ajustado, que desconsidera os efeitos dos eventos não recorrentes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Sumário Executivo

Sumário Executivo	2023	2024	Δ
Receita Bruta ex-IPI	261.976	268.809	+2,6%
Receita líquida	217.397	226.559	+4,2%
CPV	(140.332)	(140.178)	-0,1%
Lucro bruto	77.065	86.381	+12,1%
Margem Bruta	35,4%	38,1%	+2,7 p.p.
Despesas com Vendas e Administrativas	(72.566)	(84.283)	+16,1%
Outras receitas e despesas operacionais	3.753	1.475	-60,7%
Resultado operacional	8.252	3.573	-56,7%
Margem Operacional	3,8%	1,6%	-2,2 p.p.
Resultado Financeiro	5.185	7.013	+35,3%
LAIR	13.437	10.586	-21,2%
IR/CS	1.730	1.863	+7,7%
Lucro líquido	15.167	12.449	-17,9%
Margem Líquida	7,0%	5,5%	-1,5 p.p.
EBITDA	17.213	17.808	+3,5%
Margem EBITDA	7,9%	7,9%	+0,0 p.p.
ROIC - UDM	6,9%	3,8%	-3,2 p.p.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Durante o ano de 2024, a Companhia realizou apenas um ajuste de preços, assim como no ano de 2023 quando a Companhia manteve apenas um reajuste.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício de 2024, a Companhia está preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices e seus efeitos no custo dos seus produtos.

A flutuação da taxa de juros (SELIC) no país tem impactado, principalmente, o aumento das receitas oriundas de aplicações financeiras.

2.3. Os diretores devem comentar:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas da CVM, observando as diretrizes contábeis

manadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.641 e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Não houve modificação nas práticas contábeis por nós adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras relativas aos três últimos exercícios fiscais, as quais foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Estas demonstrações, portanto, estão apresentadas em bases consistentes. Não houve alterações em práticas contábeis sobre as Demonstrações Financeiras referentes aos três últimos exercícios fiscais.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas presentes nos pareceres emitidos pelos auditores independentes para os três últimos exercícios fiscais.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

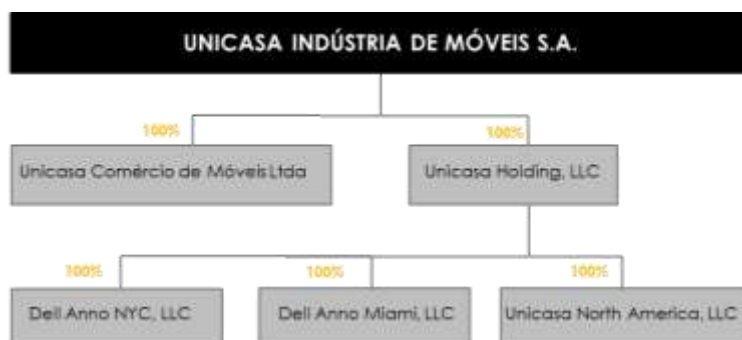
Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Como parte do plano de expansão da marca Dell Anno para o mercado norte americano, em 2022 assinou-se contrato de aluguel de um ponto de venda na cidade de Nova Iorque. Com aproximadamente 300 m² de área de venda, a loja está localizada em um dos principais polos de móveis de Nova Iorque, a cerca de 200 metros do Madison Square Park e da Quinta Avenida. Em outubro de 2023, abrimos oficialmente a operação em um evento que reuniu arquitetos, corretores e parceiros locais.

Em janeiro de 2023, a loja Dell Anno em Miami, na Flórida, que antes era exclusiva, foi convertida em loja própria, sob a razão social Dell Anno Miami, LLC. Localizada no *Design District*, a loja possui cerca de 500 m² de área de venda. Ainda na Flórida, sob a razão social Unicasa North America, LLC, também estamos presentes na cidade de Orlando, com uma loja de aproximadamente 210 m² de área de venda.

Assim a estrutura societária da Companhia apresenta-se da seguinte forma



Os efeitos dessas participações acionárias podem ser observados na linha de investimentos no balanço da Controlada e no balanço Consolidado. Seus efeitos são registrados através do método da equivalência patrimonial, conforme estabelece o CPC 18.

(c) eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) valor das medições não contábeis

O EBITDA é calculado conforme disposto no artigo 3º da Resolução CVM Nº 156 de 23 de junho de 2022, que é definido como o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. A margem EBITDA consiste na divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas. O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de desempenho operacional ou liquidez. Adicionalmente, o EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA utilizada pela Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, gastos de capital e outros encargos relacionados. Na Companhia, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional e liquidez.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
EBITDA (em R\$ mil)	17.808	17.213	35.345
Margem EBITDA ⁽¹⁾	7,9%	7,9%	14,4%

⁽¹⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das Demonstrações Financeiras auditadas

Demonstração do EBITDA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R\$ Mil)	2024	2023	2022
(+) Lucro líquido do exercício	12.449	15.167	32.947
(-) Despesas financeiras	(8.571)	(6.339)	(7.272)
(-) Receitas financeiras	15.584	11.524	16.106
(-) Imposto de renda e contribuição social	1.863	1.730	(1.969)
(+) Depreciações e amortizações	11.203	8.961	9.263
(=) EBITDA	17.808	17.213	35.345
Receita líquida de vendas	226.559	217.397	245.678

⁽¹⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(c) explicar o motivo pelo qual tal medição é a mais apropriada para correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho operacional e liquidez pela administração, motivo pelo qual é importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. O EBITDA funciona como indicador de desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do Imposto de Renda e da Contribuição Social ou dos níveis de depreciação e amortização. A administração acredita que o EBITDA é uma medida apropriada para aferir o desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. Adicionalmente, o EBITDA é frequentemente utilizado por analista de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão do desempenho operacional da Companhia, bem como, na comparação com o desempenho operacional de outras empresas.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não houve eventos subsequentes.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:
a) regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”), os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Além disso, nos 3 últimos exercícios sociais, o Estatuto Social da Companhia estabelecia que do resultado do exercício deveriam ser deduzidas:

- (i) a participação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido após a dedução da provisão para Imposto de Renda, aos administradores no exercício da função, conforme permite o disposto no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) a reserva legal, prevista no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) as reservas estatutárias e para contingências, se houvessem, constituídas na forma prevista nos artigos 194 e 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) a retenção de lucros, se houvesse, aprovada por Assembleia com obediência aos requisitos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) a reserva de lucros a realizar e as reservas de capital (artigos 197 e 200 da Lei das Sociedades por Ações); e
- (vi) o dividendo mínimo obrigatório, era fixado pelo Estatuto Social da Companhia em 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, passado para 25% em fevereiro de 2012, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a Companhia poderia imputar Juros sobre o Capital Próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório, na forma e nos limites da lei. Os lucros remanescentes deveriam ter a destinação que aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria.

Apresentamos abaixo as informações que refletem as distribuições dos lucros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício	2023 em reais	2024 em reais
Lucro líquido do período	15.166.689,05	12.448.841,54
Reserva legal (5%)	758.334,45	622.442,00
Lucro líquido ajustado	14.408.354,60	11.826.399,54
Reversão reserva de lucros	-	174.884,16
Total a distribuir	14.408.354,60	12.001.283,70
Dividendo obrigatório - 25%	3.602.089,00	2.956.600,00
Dividendos em excesso ao obrigatório - lucro	9.674.661,53	8.869.799,54
Dividendos em excesso ao obrigatório - reversão da reserva de lucro	-	174.884,16
Retenção de Lucros	1.131.604,07	-
Total destinado	14.408.354,60	12.001.283,70
Forma de distribuição		
Juro sobre o capital próprio	13.276.750,53	12.001.283,70
Total proposto por ação	0,200900000	0,181600000

b) Regras sobre distribuição de dividendos:

No exercício social de 2011, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido em no Estatuto Social da Companhia era de 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, passando para 25% em fevereiro de 2012 nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sendo facultado imputar Juros sobre o Capital Próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório na forma e nos limites da lei.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 2 exercícios sociais, a distribuição dos dividendos foi realizada anualmente, por deliberação da Assembleia Geral, com base na proposta da Diretoria. Ainda, o Estatuto Social da Companhia permite a declaração de dividendos intermediários, baseado em balanços semestrais ou de períodos inferiores, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações a este respeito. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Nos últimos 2 exercícios sociais, não existiam restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável a nós, assim como não existiam restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):**

Na data deste documento, a Companhia não tinha quaisquer ativos, passivos ou operações não registradas nas Demonstrações Financeiras, incluindo *off-balance sheet items*.

(b) outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras do emissor**

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

(b) natureza e propósito da operação

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2021, a Companhia iniciou a execução de seu planejamento estratégico em relação a investimentos fabris para permitir o crescimento sustentável da Companhia, alinhado às demandas dos consumidores, que tem exigido cada vez mais personalização dos produtos, demandando maior flexibilidade fabril para entregar uma gama ampla e diferenciada de padrões e tamanhos. O investimento total é de, aproximadamente, €14,9 milhões.

No início do ano de 2021 captamos R\$17 milhões em empréstimo e no dia 28 de maio de 2021, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a execução de €7 milhões. O restante, envolve aquisições individualmente menores que não ensejam aprovação formal em Conselho de Administração e serão executadas ao longo de 2022 a 2025.

Em 12 de setembro de 2023, a Companhia obteve aprovação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para a consecução dos investimentos anunciados no quarto trimestre de 2021, no valor de R\$ 66 milhões. A liberação do valor financiado ocorrerá em 03 parcelas anuais, sendo 74,52% no primeiro ano, 18,48% no segundo e 7,00% no terceiro ano. Em 30 de outubro de 2023, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela, no valor de R\$ 49 milhões, a liberação da segunda parcela ocorreu em 13 de janeiro de 2025, no valor de R\$ 12 milhões.

Na tabela abaixo informamos os investimentos realizados no ativo imobilizado e no intangível nos últimos três exercícios sociais:

CAPEX	2024	2023	2022
Imobilizado	46.658	32.070	53.000
Intangível	1.194	3.131	549
Total	47.852	35.201	53.549

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições financeiras de concluir todos os investimentos em andamento, bem como realizar os previstos para os próximos anos, com recursos próprios. Entretanto, devido ao custo de oportunidade, no início de janeiro de 2021, a Companhia contraiu empréstimo de R\$17 milhões. Em setembro de 2023, a Companhia obteve aprovação de R\$ 66 milhões junto ao Finep para aquisição de máquinas, conforme comentado no item anterior.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui quaisquer desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Vide item 2.10 a) i).

(c) novos produtos e serviços, indicando:

- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
- (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;**
- (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Os projetos de pesquisa da Companhia estão voltados tanto para a melhoria dos produtos existentes e lançamento de produtos inovadores quanto para a otimização das etapas do processo produtivo utilizados no processo de fabricação. Entre eles:

- (i) implantação de tecnologias para acabamentos próximos das técnicas manuais de fabricação, como a marcenaria, visando maior personalização e qualidade do produto final;
- (ii) melhorias no sistema de produção *just in time* viabilizando a produção de produtos de acordo com os pedidos dos clientes;
- (iii) melhoria do *layout* dos setores de produção visando maior eficiência do fluxo produtivo;
- (iv) melhoria nos sistemas para o controle de acondicionamento de peças e acessórios embarcados juntos com os módulos de móveis;
- (v) busca de diferenciais competitivos em parceria com os fornecedores para padronagem dos desenhos, cores, texturas, modulação, sistemas de ferragens, acessórios, acabamentos e complementos; e
- (vi) pesquisas de mercado para avaliação do posicionamento e de preferência dos consumidores para cada marca, tanto no mercado interno como no mercado externo.

Essas atividades nos permitiram elevar a produtividade, minimizar o desperdício de matéria prima, melhorar o controle de custos e prazos de embarque, elaborar um planejamento eficaz do quadro de pessoal envolvido no processo produtivo e expandir em melhorias e soluções inovadoras as linhas comercializadas, aumentando assim também o ganho de mercado, com maior assertividade de posicionamento e aceitação junto ao público pretendido por cada marca.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia, por não atenderem aos critérios de capitalização, foram reconhecidos no resultado do exercício de 2024 e 2023 no montante de R\$ 2,83 milhões e R\$ 1,87 milhões respectivamente.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não ocorreram oportunidades inseridas no plano de negócio, relacionada a questões ASG.

2.11.Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8. ANEXO II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81/22)**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 12.448.841,54 (doze milhões quatrocentos e quarenta e oito mil oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

R\$12.001.283,70 (doze milhões, um mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta centavos), totalizando R\$0,1816000000 por ação.

Valor por ação do Juros sobre Capital Próprio: R\$0,181600000

Os Juros sobre o Capital Próprio estão sujeitos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de acordo com a legislação vigente.

Pagamento integral, proposto para o dia 29 de maio de 2025, sem atualização monetária.

A tabela abaixo demonstra a data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

	JCP
Data da declaração	02/12/2024
Data de direito	05/12/2024
Data ex-provento	06/12/2024

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Foram distribuídos 100% do lucro líquido, que somado à reversão da reserva de expansão totaliza 101,5% do lucro líquido ajustado.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
Não aplicável
- A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
Não aplicável
- Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
Não aplicável.
- Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
Não aplicável.
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos
Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Distribuição de lucros	2024	2023	2022
Lucro líquido	12.448.841,54	15.166.689,05	32.946.981,29
Lucro líquido por ação	0,18837	0,22949	0,49854
Juros sobre capital próprio	12.001.283,70	13.276.750,53	12.001.283,70
JCP por ação	0,1816	0,2009	0,1816

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado a reserva legal
R\$ 622.442,00 (seiscentos e vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais)
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal
Conforme Art. 193 da Lei das S.A.: Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
Não aplicável.
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
Não aplicável.
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
Não aplicável.
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
Não aplicável.
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
O Estatuto da Companhia estabelece o pagamento de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em

menor período, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Será revertido em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
Sim.
- c. Informar o montante eventualmente retido
Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
Não aplicável.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
Não aplicável.
- c. Justificar a retenção dos dividendos
Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
Não aplicável.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Não aplicável.
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável
Não aplicável.
- d. Justificar a constituição da reserva
Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar
Não aplicável.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
Não aplicável.
- b. Identificar o montante destinado à reserva
Não aplicável.
- c. Descrever como o montante foi calculado
Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
Não aplicável.
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital
Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado a reserva
Não aplicável.
- b. Explicar a natureza da destinação
Não aplicável.

9. ANEXO III – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração dos Administradores da Unicasa, aprovada na reunião do Conselho da Administração em 27 de abril de 2022, reúne, resumidamente, as principais práticas e princípios de remuneração, sendo certo que ela visa atrair, reter e compensar de forma meritocrática as entregas realizadas pelos Executivos da Companhia.

Assim, a Política estabelece diretrizes e regras para a fixação da remuneração e dos benefícios concedidos aos diretores, aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos comitês instituídos pela Companhia.

A Política possui como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

A Política de Remuneração dos Administradores está disponível para consulta no site de RI (ri.unicasamoveis.com.br), da CVM e da B3.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração é o órgão que define a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários. Os critérios e a metodologia que fixam a remuneração consideram a experiência para o exercício do cargo e tem como referência valores de mercado, os quais são obtidos através de pesquisas, informações em jornais e revistas especializadas em negócios sobre remuneração dos executivos e a situação econômico-financeira da Companhia.

O Conselho de Administração avaliará anualmente, de forma a verificar a aderência da Política de Remuneração com as responsabilidades de cada Executivo, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

(c) Composição da remuneração, indicando:

- (i) A remuneração dos Diretores é composta por parcela fixa e variável. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a responsabilidade dos Diretores. Adicionalmente, os Diretores fazem jus aos seguintes benefícios:
- Plano de Assistência Médica – atendimento interno;
 - Plano de Saúde;
 - Assistência Odontológica – atendimento interno;
 - Seguro de Vida em Grupo; e
 - PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

Os benefícios têm por objetivo complementar à remuneração.

A parcela variável da remuneração dos Diretores é baseada no atingimento de metas relativas ao resultado operacional da Companhia.

Em 27 de abril de 2022, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a criação do Comitê não estatutário de Auditoria e Comitê não estatutário de Ética. Para ambos ficou determinado que não seriam remunerados pela execução dos cargos.

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Diretores e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, que analisa a responsabilidade de cada cargo da Diretoria, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

É adotado como medida de desempenho dos administradores o resultado operacional da Companhia.

- (ii) A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida. Ainda, de acordo com o artigo 34, parágrafo único, do Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações. A remuneração composta por parcela fixa, variável e por

benefícios diretos e indiretos busca: (i) alinhar os interesses dos executivos com os objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia, assim como o de seus acionistas; e, (ii) o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às necessidades da Companhia.

- (iii) No Conselho de Administração, o Sr. Gelson Luis Rostirolla, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle, Sr. Gustavo Dall Onder e Sra. Renata Vendruscolo Zietolie renunciaram à remuneração por motivos pessoais.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. A totalidade da remuneração dos administradores é paga diretamente pela controladora, Unicasa Indústria de Móveis S.A.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	4,00	0,00	10,00
Membros remunerados	2,00	4,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual	240.000,00	2.984.400,00	0,00	3.224.400,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	2.984.400,00	0,00	3.224.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	572.000,00	0,00	572.000,00
Bônus	0,00	572.000,00	0,00	572.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	240.000,00	3.556.400,00	0,00	3.796.400,00

Remuneração total no Exercício Social de 2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	4,00	0,00	10,00
Membros remunerados	2,00	4,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual	240.000,00	2.796.800,00	0,00	3.036.800,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	2.796.800,00	0,00	3.036.800,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	485.038,20	0,00	485.038,20
Bônus	0,00	485.038,20	0,00	485.038,20
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	240.000,00	3.281.838,20	0,00	3.521.838,20

Remuneração total no Exercício Social de 2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,67	4,00	0,00	9,67
Membros remunerados	2,00	4,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual	240.000,00	2.694.800,00	0,00	2.934.800,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	2.694.800,00	0,00	2.934.800,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	652.116,10	0,00	652.116,10
Bônus	0,00	652.116,10	0,00	652.116,10
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O Número de membros total, foi calculado pela média anual de membros. Durante o mês de abril houve a eleição da Sra. Renata Vendruscolo Zietole como membro do Conselho de Administração			
Total da remuneração	240.000,00	3.346.916,10	0,00	3.586.916,10

Remuneração total no Exercício Social de 2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,75	0,00	8,75
Membros remunerados	2,00	3,75	0,00	5,75
Remuneração fixa anual	240.000,00	2.449.420,00	0,00	2.689.420,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	2.449.420,00	0,00	2.689.420,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	836.118,38	0,00	836.118,38
Bônus	0,00	836.118,38	0,00	836.118,38
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O Número de membros, tanto total quanto remunerados, foi calculado pela média anual de membros. Durante o mês de abril, a diretoria teve a composição de um membro remunerado (Sr. Guilherme Possebon de Oliveira, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores)		
Total da remuneração	240.000,00	3.285.538,38	0,00	3.525.538,38

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável. O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurada mensalmente para cada exercício abaixo indicados.

Remuneração variável total prevista para o Exercício Social 2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	4	-	10
Membros remunerados	2	4	-	6
Bônus (em R\$ mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	Sem limite	-	Sem limite
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	572.000	-	572.000
Participação no resultado (em R\$ mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração variável total para o Exercício Social 2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	4	-	10
Membros remunerados	2	4	-	6
Bônus (em R\$ mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	Sem limite	-	Sem limite
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	507.000	-	507.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	485.038	-	485.038
Participação no resultado (em R\$mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração variável total para o Exercício Social 2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,67	4	-	10
Membros remunerados	2	4	-	6
Bônus (em R\$ mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	Sem limite	-	Sem limite
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.000.000	-	1.000.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	652.116	-	652.116
Participação no resultado (em R\$mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração variável total para o Exercício Social 2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3,75	-	9
Membros remunerados	2	4	-	6
Bônus (em R\$ mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	Sem limite	-	Sem limite
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.900.000	-	1.900.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	836.118	-	836.118
Participação no resultado (em R\$mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e para o exercício social corrente.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não pratica outorga de opções de compra de ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções e ações do conselho nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em outorga de ações nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do conselho nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Acionista/Quotista ⁽¹⁾	Quantidade Total de Ações			% do Capital Social Total
	2024	2023	2022	2024
Conselho de Administração	30.545.902	30.545.902	28.401.265	46,22%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%
Diretoria	-	-	-	0,00%
Total	30.545.902	30.545.902	28.401.265	46,22%

⁽¹⁾ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de previdência em vigor para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Número de membros	4	4,00	3,75	6,00	5,00	5,00
Número de membros remunerados	4	4,00	3,75	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.049.315,73	1.102.840,15	1.145.384,79	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	537.135,69	540.745,85	823.021,58	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	820.459,55	836.729,03	876.143,57	120.000,00	120.000,00	120.000,00

Em 2022 o valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de 1 membro do órgão, por ter exercido o cargo por menos de 12 meses.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia, referente a membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

A Companhia não efetuou nenhum pagamento aos membros da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais que não seja em relação à função que ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável, tendo em vista que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.